

# Gatekeeper como estratégia de ensino-aprendizagem das teorias do jornalismo

## Gatekeeper as a teaching-learning strategy for theories of journalism

Hendryo André

*Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).*

*E-mail: hendryoandre@gmail.com*

### Resumo

*Neste artigo busca-se discutir, a partir de uma experiência realizada com 150 estudantes entre 2015 e 2019, as relações entre teoria e prática no ensino de jornalismo, especialmente com a noção que os discentes têm sobre por que as notícias são como são. Para isso, o autor aplicou uma atividade inspirada no estudo sobre Gatekeeper realizado por White (1993), em 1950, e que serviu como estratégia de ensino-aprendizagem para discutir sobre outras teorias do jornalismo. Os resultados apontam que, apesar de os graduandos tenderem a avaliar a noticiabilidade como uma ação pessoal, há muitas regularidades nas escolhas realizadas, como a valorização de temas políticos de abrangência nacional e a redução de temas locais.*

### Palavras chave

*Gatekeeper; Valores-notícia; Noticiabilidade; Ensino do jornalismo; Teorias do jornalismo.*

### Abstract

*This article discusses, based on experience carried out with 150 students between 2015 and 2019, the relationship between theory and practice in the teaching of journalism, especially with the notion that students have about why the news is as it is. For this, the author applied an activity inspired by the study on Gatekeeper carried out by White (1993), in 1950, and which served as a teaching-learning strategy to discuss other theories of journalism. The results show that, although students tend to evaluate the newsworthiness as a personal action, there are many regularities in the choices made, such as the valorization of national political issues in relation to the reduction of local themes.*

### Keywords

*Gatekeeper; News values; Newsworthiness; Teaching journalism; Theories of journalism.*

## Introdução

Três repórteres cobrem um acidente de trânsito. O primeiro foca nas causas da colisão e reitera na chamada que a vítima era um empresário, de 35 anos, que, ao tentar desviar de um buraco, perdeu o controle do automóvel. O segundo acrescenta a essas informações, após um levantamento, que aquela havia sido a sétima ocorrência de morte no mesmo trecho rodoviário em apenas um ano. Já o terceiro descobre que obras de restauração da pista deveriam ter sido finalizadas, algo que não aconteceu por conta de problemas de corrupção no processo licitatório (PEREIRA JUNIOR, 2010).

O exemplo ilustrativo sobre três profissionais – “íntegros, ciosos de seu ofício, criteriosos, imparciais, incorruptíveis” (*ibid.*, p. 20) – que noticiaram um mesmo evento e produziram textos com enfoques distintos busca não apenas desconstruir noções como objetividade e imparcialidade, mas reiterar que o jornalismo lida permanentemente com a

seleção e a hierarquização de acontecimentos. Apesar de enquadramentos distintos, o acidente mereceu ser publicado em três jornais. Por que foi escolhido entre tantos fatos e qual espaço ocupou em cada um desses veículos?

Nos países centrais, desde a segunda metade do século XIX o jornalismo passou a ser estruturado por uma sólida cultura profissional, qualidade essencial para a afirmação de qualquer ocupação (TRAQUINA, 2005a) e também um modo de romantização. Estereótipos construídos acerca da figura do repórter, alguém cujos esforços para contar uma boa história coloca em segundo plano a vida pessoal, e da própria redação, cujas ramificações atribuem ao campo rubricas como *quarto poder* e *cão de guarda* da democracia, auxiliaram para que o ofício se tornasse historicamente respeitado. Para que uma cultura profissional seja demarcada, o trabalhador deve aprender a lidar com um vasto sistema de crenças. A noção de que a atividade, acima de uma ocupação, seja uma *aventura*, é uma das principais convicções da comunidade interpretativa dos jornalistas (TRAQUINA, 2005a).

Aventura que torna a profissão, imersa frente a novos questionamentos sobre sua legitimidade, uma das mais complicadas destes tempos. Somados à pressão do tempo e à baixa remuneração, o acúmulo de funções e o perfil polivalente são exigências cada vez mais recorrentes, algo que explica por que mesmo jornalistas com carreiras consolidadas têm incompreensão sobre os rumos que a atividade tem tomado (ANDRÉ; WINQUES, 2019). Ainda assim, saber, antes dos concorrentes, reconhecer uma notícia, procedê-la e narrá-la são exigências mínimas (TRAQUINA, 2005a). Como forma de atenuar essas pressões, os profissionais afirmam desenvolver uma espécie de *faro nato* para perceber quais são os assuntos relevantes. Entre eles há uma tendência “em diminuir a importância dessas escolhas, como se fossem absolutamente óbvias e inevitáveis” (MARTINO, 2009, p. 34), explicação que não convence e é rechaçada por muitos pesquisadores (SILVA, 2014).

Óbvio ou lendário, a transformação de fatos em notícias impõe desafios ao ensino. A romantização, pregada por docentes, alguns com biografias marcadas por longa experiência em redação, e também por leituras de referência, especialmente as obras mais introdutórias, fortalece uma perspectiva essencialista da identidade profissional, isto é, sugere que exista “um conjunto cristalino, autêntico” (WOODWARD, 2014, p. 12) do que é *ser* jornalista. Alimenta um espírito de responsabilidade, mas também um pressuposto de que o trabalho está desvinculado de rotinas. Nesse cenário o ensino das teorias do jornalismo se torna um tanto quanto desafiador, já que conteúdos teóricos costumam ser avaliados como opositores, quando não negadores, da atividade. A cisão dessas dimensões, claro, gera problemas. Enquanto a *miopia tecnicista* (MEDITSCH, 2012) é perecível, pouco ou nada útil à medida que a tecnologia avance, a ênfase à abstração contém também lacunas: afinal, a teoria em si, como palavra inautêntica, não pode se “transformar em realidade” (FREIRE, 1987, p. 44).

Tendo como base o princípio de que é preciso equilibrar as duas dimensões, neste artigo discute-se, a partir de uma experiência pedagógica realizada com 150 estudantes, entre 2015 e 2019, as relações entre teoria e prática no ensino de jornalismo, em especial com a noção que os discentes têm sobre por que as notícias são como são. Para isso, o autor aplicou um exercício inspirado na pesquisa sobre *Gatekeeper* produzida por White (1993), quando ele avaliou os critérios utilizados por um editor para descartar assuntos da capa de um diário.

No artigo, aborda-se primeiro a falsa contradição entre teoria e prática, discussão seguida por uma retomada dos conceitos *gatekeeper*, noticiabilidade e valor-notícia. Após a descrição da metodologia, que detalha a organização da atividade de montagem de capas em sala, o trabalho volta-se, baseado na proposta de Silva (2014), para o exame dos critérios usados pelos graduandos na avaliação de por que e como as notícias são como são. Em paralelo, busca-se discorrer sobre como a ação se reverberou como estratégia de ensino-aprendizagem, em especial, nos estudos sobre sociologia do jornalismo.

Os resultados apontam que, apesar de os graduandos tenderem a avaliar a

noticiabilidade como uma ação pessoal, há regularidade nas escolhas, algo que contribuiu para a aproximação da discussão teórica com as disciplinas laboratoriais, tornando as reflexões teóricas mais factíveis à realidade dos estudantes.

## **Teoria versus prática: uma oposição sem sentido**

Questionar graduando se o jornalismo sofreu mutações nos últimos anos soa, inicialmente, como uma obviedade elementar. Em menos de duas décadas, a atividade passou por transformações tecnológicas que alteraram, estruturalmente, a dinâmica do mercado. O número de jornais impressos diminuiu ano a ano, a televisão perdeu parte do protagonismo, mas ambos vêm se reinventando com a internet, assim como o rádio, a forma de comunicação analógica, aparentemente, mais orgânica. A ampliação do universo de produtores, ainda que não se discuta a forte concentração de conglomerados no espaço digital, referenda um ecossistema midiático multifacetado no qual as relações de trabalho se modificam. A segmentação do público em um cenário de emergência dos algoritmos, a convenção do modelo de financiamento a partir da lógica das *big techs*, como o Google e o Facebook e, por fim, o esgotamento de gêneros e meios de comunicação são alguns dos fatores que contribuíram para que houvesse uma verdadeira crise no modelo de negócios do jornalismo (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

Tais alegações, algumas deterministas, costumam ser elencadas pelos discentes. Em um segundo momento, quando o questionamento é direcionado a se e como essas mudanças alteraram a razão de ser do jornalismo na era do conhecimento, as respostas, sem dúvidas, nunca são binárias, tampouco simplórias. Com a possibilidade de que mais pessoas registrem eventos enquanto os testemunham, o papel do repórter, talvez o mais proeminente braço da profissão – responsável por parcela significativa da romantização do ofício – perdeu protagonismo? Em um tempo em que os jornalistas selecionam e hierarquizam informações relevantes, o capital simbólico migrará do repórter para uma espécie de editor? Quem poderá estabelecer, como até certo ponto faziam os meios massivos, o diálogo entre diferentes perspectivas em um mundo fragmentado e no qual os boatos ganham ressonância? O jornalista precisa ser um intelectual com quais atributos? Quais implicações sociais trariam um jornalismo de convicção (CORNU, 1999), aquele que se desvencilha da busca por equilíbrio entre distintos pontos de vista? Afinal, em uma sociedade midiaticizada, o campo de trabalho vem se tornando um tipo de mediação secundário para visibilizar os acontecimentos? Quais as implicações das notícias na dimensão da recepção? A humanização dos relatos como um estatuto que coloca o ser humano como “ponto de partida e de chegada” (IJUIM, 2012, p. 133) pode recuperar parte da essencialidade e, conseqüentemente, do prestígio da profissão?

Em uma sociedade na qual não há consenso sobre a essencialidade da atividade, em que as discussões sobre papel do jornalista “têm enfatizado o descentramento de sua ação no âmbito dos agendamentos e controle de pauta” (LIMA; CAETANO, 2015, p. 13), torna-se emergente discutir o que deixou de ser e, principalmente, o que permanece jornalismo. Esse argumento ganha nitidez a partir de uma ruptura na forma de organização social que impacta e envolve diretamente a profissão: “Se a era industrial precisava de mão de obra para tocar as máquinas mecânicas e elétricas, a era do conhecimento vai requerer cérebros operantes para extrair da informação eletrônica o que ela pode dar de melhor” (MEDITSCH, 2012, p. 120).

E essa tensão no processo de ensino-aprendizagem só pode ser estabelecida a partir de uma confrontação dialética entre prática e teoria. A primeira, mais que uma técnica, entendida como um modo de agir reflexivo; a segunda, análoga a uma lente que, mirada sobre determinada realidade, possibilita, segundo Genro Filho (1987), enxergar circunstâncias que estão além do alcance dos olhos e, assim, ter consciência para aceitá-las, refutá-las, confrontá-

las e, finalmente, transformá-las. Como “um conjunto de conceitos criados a partir da observação e estudo sistemático de um tema e que, aplicado, pode explicar alguns aspectos da realidade” (MARTINO, 2009, p. 11), o ato de teorizar é um percurso que, por exigir reflexão e criatividade, muitas vezes se torna sem sentido para os discentes. Quando teoria e prática se dissociam, cresce a tendência em formar profissionais com dificuldades para o *diálogo*, já que o ato de se comunicar não pode se desarticular dos fundamentos da práxis, isto é, da ação e reflexão entendidas como dimensões *solidárias* entre si (FREIRE, 1987), jamais concorrentes. Pelo dever de abstração, as aulas teóricas, imbuídas de vários estigmas, são interpretadas muitas vezes como ocasiões de menor de aprendizagem.

A teorização, entendida como uma jornada, tem essência construtivista. Pereira Júnior e Rocha (2011) lançam considerações epistemológicas sobre a objetividade e a verdade ao vinculá-las a essa perspectiva. Segundo os autores, uma teoria do jornalismo que adere ao construtivismo empreende esforços para compreender como e por que a atividade é uma – não a única, nem a principal – das construtoras da realidade social, bem como vincula a produção noticiosa a questões éticas, de forma que apurar ou escrever mal também passam a se configurar como atitudes antiéticas (PEREIRA JUNIOR, 2010).

Mais que um paradigma para aprender teorias ligadas à sociologia do jornalismo, o construtivismo tem como objeto de estudo principal a própria educação. Assim, se toda “ação constitutiva do conhecimento pressupõe uma relação entre sujeito cognitivo e objeto de conhecimento” (PEREIRA JÚNIOR; ROCHA, 2011, p. 749), sujeito e objeto, de forma dialética, precisam se construir reiteradamente durante a aprendizagem. Uma abordagem construtivista deve, portanto, primeiro lançar olhares para uma realidade dada com a intenção de desconstruí-la. A alternativa é formular questões: quais transformações a atividade sofreu? Em que grau essas mudanças atingiram o modo de produção? Houve rupturas na essência do trabalho? Por que as notícias e o próprio ofício são da forma como são?

Acima de uma ação retórica, questionar auxilia na compreensão do passado, cria desafios para o presente e lança perspectivas sobre o porvir. Sozinho, contudo, é ainda pouco profícuo, à medida que a desconstrução abastece a reconstrução. Por mais que respostas definitivas sobre a maior parte das questões sejam inviáveis, simplesmente por que lidam com um contexto complexo e instável, qualquer abordagem teórica precisa se fundamentar por circunstâncias da realidade (HENRIQUES, 2018). Não quaisquer pontos, mas aqueles que, embora incapazes de solucionar o problema, façam com que o discente reflita sobre o papel da profissão escolhida. Para que um percurso teórico se estruture por uma lente construtivista é preciso conciliar “construção e experiência” (PEREIRA JÚNIOR; ROCHA, 2011, p. 762).

As aulas sobre a sociologia do jornalismo são um rico espaço para a confrontação dialética entre abstração e experiência. Afinal, essa perspectiva teórica lida com o produto *notícia*, o resultado materializado de uma série de práticas desenvolvidas em contextos sociais diversos. Ao procurar confrontar com o presente e minimamente projetar cenários, o ensino teórico tem potencial para se tornar mais orgânico. Nesse cenário, um exercício inspirado na pesquisa desenvolvida por David Manning White, publicada em 1950, pode servir como catalisador sobre como trabalhar com teorias, especialmente aquelas voltadas ao processo de produção das notícias, na graduação.

## **Gatekeeper, noticiabilidade e valores-notícia**

Ainda que haja registros de estudos sobre como as notícias eram selecionadas datados do século XVII (SILVA, 2014), o trabalho de White (1993) inaugurou, há 70 anos, o mais eminente campo de pesquisa sobre a produção noticiosa, o *Newsmaking* (MARTINO, 2009). O autor, bem verdade, não utilizou a abordagem etnográfica, que se tornaria quase um

imperativo dessas investigações (SERRA, 2004), mas seu trabalho serviu como pontapé para outros que desconstruiriam a ideologia da objetividade. Hegemônica, essa vertente defendia o jornalista como um observador neutro e desinteressado da realidade, algo que reforçava na atividade um “empirismo ingênuo” (TRAQUINA, 1993, p. 168), mas capaz de alimentar a romantização da profissão.

No texto-base, White (1993) considerava que havia vários filtros, *gatekeepers*, durante o processo de produção das notícias, mas focou naquele que considerava como o último e mais relevante: o editor. O autor produziu um estudo de caso, publicado em 1950, com um editor de cerca de 40 anos, 25 deles dedicados ao jornalismo. O *Mr. Gates*, como foi chamado no trabalho, era funcionário de um jornal em uma cidade do interior dos Estados Unidos com cerca de 100 mil habitantes, altamente industrializada, e lidava com a seleção de textos produzidos por agências nacionais e internacionais, além de também revisar e formular títulos. A principal ideia de White (1993) era descobrir quais motivos levavam um editor a descartar materiais, algo que ocorria com aproximadamente 90% dos textos recebidos. Durante uma semana, o *Mr. Gates*, após fechar a edição diária, “examinou todas as notícias ‘rejeitadas’ que se encontravam dentro da caixa e escreveu em cada uma a razão que o levava, em princípio, a fazê-lo” (WHITE, 1993, p. 145).

A investigação centrou-se no argumento de que a ação pessoal do jornalista – muitas vezes, subjetiva – é preponderante na seleção e hierarquização dos assuntos, aspecto que fez com que sofresse diversas ressalvas. White (1993) chegou a citar esparsamente que questões como o tempo, a política editorial e a concorrência, independentemente do meio de comunicação, eram potenciais fatores de interferência na decisão sobre a veiculação ou não de um acontecimento, mas considerou a ação pessoal como estruturante. Serra (2004) menciona que, seis anos após o estudo de White (1993), uma pesquisa realizada por Walter Gieber, com 16 editores, já demonstrava similaridade “entre as seleções feitas entre os diferentes órgãos, embora houvesse diferenças entre as explicações dadas pelos editores para as suas decisões” (SERRA, 2004, p. 102). Nesse sentido, as convenções acerca do trabalho jornalístico superariam as escolhas pessoais. Assim, seria questão de tempo para que questões sobre noticiabilidade, valores-notícia e seleção de notícias passassem a ganhar espaço nos estudos em jornalismo.

A Tobias Peucer (2004) é credenciada a primeira tese a ter o jornalismo como objeto de estudo da história (DA SILVA, 2010; SILVA, 2014). Publicada em 1690, pela Universidade de Leipzig, a investigação tocava em aspectos relativos a seleção de notícias. Contudo, levando em consideração as especificidades que o jornalismo passou a ter desde a segunda metade do século XIX (THOMPSON, 2013), a primeira pesquisa que vinculou as noções de seleção de notícias a valores-notícia foi publicada em 1965 (DA SILVA, 2010; MARTINO, 2009). Galtung e Ruge (1993, p. 63) questionavam-se “como os acontecimentos se transformam em notícias” e, a partir daí, entenderam que havia uma cadeia produtiva com vários *gatekeepers*, algo que apontava que a seleção e a hierarquização não eram simples como afirmava White (1993).

Ao buscar propor um modelo de análise dessas questões, Silva (2014) destaca que há uma confusão conceitual entre *noticiabilidade*, *valores-notícia* e *seleção de notícias*, algo que reduz o primeiro conceito. Segundo a autora, noticiabilidade é:

[...] todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2014, p. 52).

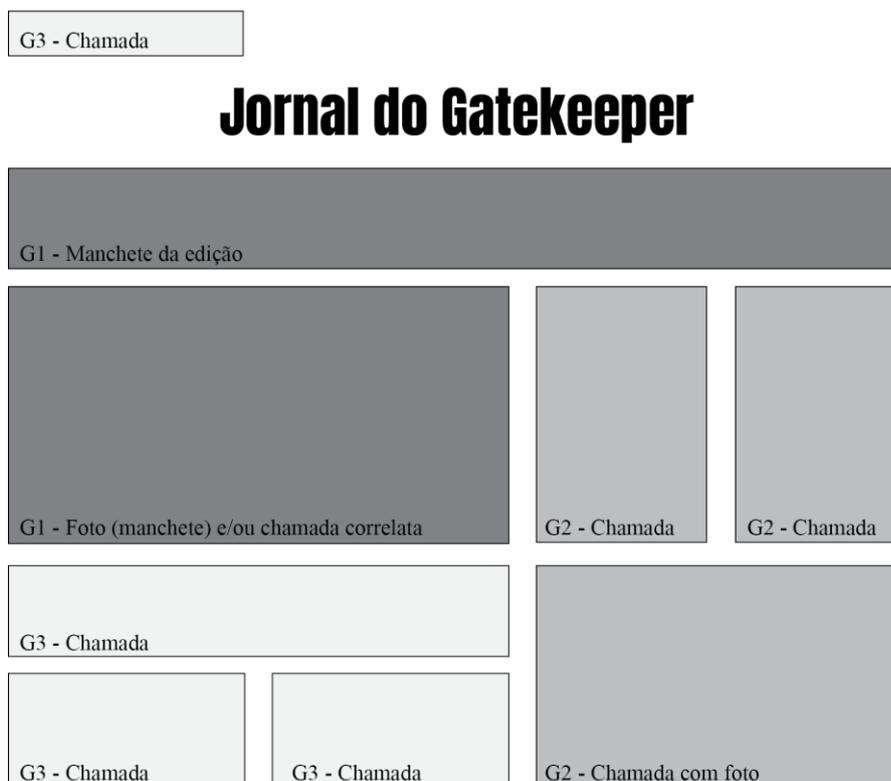
A noticiabilidade é algo que constitui-se como objeto de estudo vinculado ao paradigma do *Newsmaking*. Já os valores-notícia, na percepção da autora, estariam mais associados ao fato em si. Em outras palavras, “a seleção e hierarquização recorrem sim aos valores-notícia. Mas estes agem aqui apenas como uma parte do processo” (SILVA, 2014, p. 56). A pesquisadora reuniu listagens de estudiosos que criaram listas com os atributos dos acontecimentos, isto é, as “características necessárias para que fatos fossem selecionados como notícias” (2014, p. 61) e, a partir delas, propõe uma tabela na qual elenca 12 atributos para operacionalizar acontecimentos noticiados ou noticiáveis.

## Procedimentos metodológicos

A atividade, realizada na disciplina Teorias do Jornalismo, foi voltada a estudantes que cursavam ainda o segundo ano da graduação. Em cinco anos foram aplicados quase 130 questionários a mais de 150 estudantes. Além da retirada dos formulários específicos das turmas de 2018 – que somadas, não chegavam a 20 – foram descartados ainda aqueles com problemas de preenchimento, sem conformidade com as orientações. A partir de 2017 as capas, estruturadas em duplas, passaram a ser produzidas individualmente. No total, 106 formulários foram considerados válidos nesta pesquisa.

Sempre na véspera da aplicação o professor reunia 60 títulos e lides retirados de agências de notícias locais, nacionais e internacionais. Esses materiais eram separados majoritariamente a partir da relevância dada a eles nos *feeds* das próprias agências. Selecionadas, as matérias eram embaralhadas e numeradas. Junto com uma relação impressa, os alunos recebiam ainda uma matriz que serviria como a capa de jornal, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Matriz da capa com acréscimo de tonalidade para identificar grupos de hierarquização



Fonte: Elaboração do autor (2015).

Nela fariam, previamente às aulas sobre as teorias vinculadas à sociologia do jornalismo, um exercício de composição da capa similar ao realizado por White (1993). No molde havia nove espaços – o equivalente a 15% do universo de textos, percentual próximo ao dos materiais aproveitados no estudo base, 10% – que deveriam, em até uma hora, ser numerados livremente com as matérias reunidas pelo professor.

A recomendação foi para que os discentes montassem a melhor e mais criativa capa no *deadline* dado. A diretriz proporcionou, ainda na primeira aplicação, a sugestão, vinda dos estudantes, de agregar temas que pudessem se correlacionar dentro de uma mesma região, ação que tornou a montagem das capas mais rica. A imagem a seguir representa a matriz da capa, dividida em três grupos de hierarquização. Quanto maior a tonalidade de preenchimento, mais nobre foi considerada para a análise a região – na matriz entregue aos estudantes não havia diferenciação de tom, e sim apenas parte das informações textuais expressas na figura, como área para manchete e chamadas com possibilidades de uso de fotografias.

Uma orientação explícita foi dada. Tratava-se de um jornal local/estadual, voltado às classes sociais A e/ou B, que deveria estar em circulação no dia da aplicação. A observação aproximava a atividade da linha editorial do mais influente diário impresso do município onde o exercício foi aplicado. Além da seleção, os alunos deveriam justificar no interior do caderno, de modo conciso, as notas descartadas.

Embora tivessem produzido textos no primeiro ano e tido acesso a técnicas como o lide e a pirâmide invertida em pelo menos duas disciplinas, algo que toca em questões de noticiabilidade, selecionar e hierarquizar um volume maior de notícias, não produzidas por eles próprios, era uma dinâmica inédita para grande parte dos participantes. A proposta, criada em 2015, foi, em um primeiro momento, uma tentativa de aproximar os estudantes das teorias do jornalismo, à medida que muitos deles consideravam os assuntos teóricos de menor importância frente aos práticos.

Nessa fase da formação há o cuidado, entre tantos, em desconstruir percepções sobre a prevalência da ação pessoal na definição do que é notícia, ao mesmo tempo em que há necessidade de fortalecer, sem romantizar, o espírito de responsabilidade que cerca a profissão. A atividade passou a servir de base para a montagem das aulas seguintes, que começavam a abordar as primeiras teorias do arcabouço do *Newsmaking*. No encontro posterior, o professor reunia, em apenas uma capa, as maiores incidências de respostas dos estudantes, ponto a partir do qual se desencadeavam as discussões.

Após a organização e a aplicação do exercício, voltam-se as atenções para a forma como foi organizada a análise comparativa das capas produzidas durante o período de 2015 a 2019. Para operacionalizar a análise dos critérios de seleção e hierarquização, optou-se pelo uso da proposta de tabela de valores-notícia desenvolvida por Silva (2014). A partir de estudos clássicos sobre esse conceito, a autora criou um modelo de operacionalização de fatos noticiados e/ou noticiáveis com 12 categorias.

Os critérios *Raridade*, *Surpresa* e *Polêmica*, apesar de reconhecida relevância, foram descartados devido à categorização ter sido realizada em um período distante da origem dos fatos. Durante a análise, esses fatores pareceram subjetivos por se vincularem a contextos específicos. Essa dificuldade operacional apareceu em outros critérios, mas em escala menor. Assim, foram usadas nove das 12 categorias propostas por Silva (2014): *Impacto*, *Proeminência*, *Conflito*, *Tragédia/Drama*, *Proximidade*, *Governo*, *Justiça*, *Entretenimento/Curiosidade* e *Conhecimento/Cultura* (os resumos de cada categoria, por questão de organização, estão reunidos na análise, especificamente na Tabela 3).

Além dessa classificação, as notícias foram ainda divididas em 11 editoriais: *Política*, *Economia*, *Educação*, *Saúde*, *Meio Ambiente*, *Cultura*, *Segurança/violência*, *Internacional*,

*Transporte/Infraestrutura, Esportes e Geral*. Tal decisão, somada à divisão por grupos de hierarquização na capa, permitiu reunir não apenas os temas escolhidos com maior incidência, como também comparar capas montadas por diferentes turmas e anos. Para conseguir estabelecer parâmetros houve ainda a inclusão das categorias abrangência, que separou os materiais em locais/regionais, nacionais e internacionais, e abordagem, que lida com textos que, independentemente da editoria, podem ser enquadrados em duas categorias: a) *Ações, decisões e serviços*: chamadas que focam em resultados objetivos e concretos, parciais ou definitivos, legais ou ilegais, adotados pelo poder público, privado e/ou pela sociedade civil, em qualquer abrangência geográfica; b) *Bastidores e avaliações*: chamadas que abordam tensões e articulações, preferencialmente desvinculadas de decisões objetivas, de personalidades públicas e anônimas. Integram a categoria pautas que exploram percepções, avaliações, testes, diagnósticos e prognósticos.

### **Análise comparativa das capas produzidas (2015-2019)**

Os dados que sustentam este estudo foram organizados a partir do arranjo das informações disponíveis nos 106 formulários em uma planilha no *Microsoft Excel* com 982 linhas e 22 colunas. De antemão, as restrições e escolhas dos estudantes detêm muitas similaridades, algo que, segundo Silva (2014), merece ser alvo de atenção, sob o ponto de vista da pesquisa, tanto quanto as diferenças.

Por convenção, os textos foram categorizados em quatro grupos de aproveitamento: *residual*, que agrega desde as notícias descartadas até aquelas que foram usadas em, no máximo, 15% das capas; *baixo*: com inferência entre 16% e 30%; *regular*, entre 31% e 50%; e *alto*, aquelas usadas em mais da metade das capas. A Tabela 1 reúne esses dados por ano:

Tabela 1 - Aproveitamento nas capas das notícias ofertadas

Aproveitamento	2015	2016	2017	2019
Residual	65,0%	62,6%	56,7%	60,0%
Baixo	16,6%	11,6%	25,0%	18,3%
Regular	11,6%	16,6%	8,3%	8,3%
Alto	6,7%	9,2%	10,0%	13,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto às *restrições*, sempre no universo de 60 relatos, observa-se que, por ano, entre 33 e 39 deles foram descartados ou aproveitados em, no máximo, 15% das capas, o que reduz, já no primeiro filtro comparativo, as escolhas de quais foram as notas consideradas relevantes pelo grupo. A recorrência de descarte ou de aproveitamento mínimo aponta ainda que as ações pessoais foram residuais (os valores percentuais dos dois primeiros anos, quando a atividade foi realizada em dupla, e dos dois últimos, quando foi feita individualmente, são próximos). Já o aproveitamento *alto* significa que entre quatro e oito textos foram considerados relevantes e compuseram mais da metade das matrizes de capas montadas. Esse argumento, usado em sala, demonstra empiricamente o quanto outros fatores, além dos individuais, interferem nas percepções sobre o que é notícia, mesmo em um ambiente pedagógico, no qual questões ligadas a linhas editoriais e a pressões, por exemplo, deveriam ser menos estruturantes.

Quando os resultados eram expostos e havia questionamentos sobre o porquê das decisões, as justificativas costumavam ultrapassar as preferências pessoais, especialmente por um critério de *equilíbrio* na distribuição dos temas. Estudantes que não tinham a menor aptidão por esportes, por exemplo, ainda assim consideravam que a editoria era importante na

capa para contrastar com assuntos mais *sérios*, princípio similar ocorria com as matérias de cultura. Essa e outras observações ocorridas ainda na primeira aplicação possibilitou a compreensão de que a experiência, para além da contextualização do estudo de White (1993), tinha potenciais para suscitar discussões, em maior ou menor escala, sobre diversos estudos e teorias do Jornalismo: desde a desconstrução do paradigma da profissão como um reflexo da realidade até os estudos de recepção/mediação, embora a ênfase esteja nas abordagens teóricas construtivistas.

Na discussão sobre a Teoria Organizacional, por exemplo, debateu-se as razões por que havia pré-disposição ao conformismo ocasionado pela institucionalização da profissão (BREED, 1993), buscando sempre vincular as discussões do texto-base com a experiência do exercício. A aproximação da atividade com a teoria ou hipótese da *Agenda-setting* também foi recorrente: as diversas coincidências somadas aos dilemas vividos na seleção e hierarquização dos temas produziram debates pertinentes em sala de aula sobre a concorrência de pautas em um espaço finito de visibilidade, bem como os paralelos entre agenda pública e agenda midiática (MCCOMBS, 2009).

A Tabela 2 resume a relação entre as porcentagens de respostas escolhidas pelos estudantes e a proporção de assuntos por editoria disponibilizada pelo exercício. Além disso, agrega as variações ( $\Delta$ ), em pontos percentuais, entre as escolhas anuais por editoria e também entre a oferta. Esse esforço é válido à medida que a proporção de notas dispostas por editoria necessariamente interfere nas escolhas dos estudantes, de modo que, por exemplo, não é possível garantir que os discentes de 2016 foram mais propensos a matérias políticas em relação às demais turmas, já que a própria oferta, realizada aleatória e arbitrariamente pelo docente em um contexto no qual o país passava por um processo de *impeachment*, foi maior nesta aplicação. A mesma explicação serve para a discrepância de notícias internacionais em 2016, já que a atividade foi realizada na semana posterior a um ataque terrorista nos Estados Unidos.

Tabela 2 - Relação entre as respostas escolhidas e a proporção de notícias disponibilizadas por editoria

Editoria	Respostas dos estudantes					Proporção nos formulários				
	2015	2016	2017	2019	$\Delta$	2015	2016	2017	2019	$\Delta$
Política	19,0	34,6	35,3	17,6	17,7	15,0	23,3	21,7	13,3	10,0
Economia	15,3	5,7	7,7	19,0	13,3	13,3	8,3	5,0	11,7	8,3
Educação	8,5	3,6	2,4	4,2	6,1	5,0	5,0	3,3	6,7	3,4
Saúde	5,3	10,4	9,7	6,2	5,1	5,0	5,0	10,0	10,0	5,0
Meio ambiente	2,6	2,1	0,0	16,3	16,3	3,3	1,7	0,0	5,0	5,0
Cultura	9,5	3,9	2,9	4,2	6,4	10,0	6,7	8,3	8,3	3,3
Seg./violência	12,7	1,4	2,4	0,0	12,7	10,0	5,0	6,7	0,0	10,0
Internacional	3,7	14,3	7,2	2,6	11,7	13,3	6,7	11,7	16,7	10,0
Trans./infra.	2,6	2,1	10,1	1,3	8,8	6,7	10,0	10,0	1,7	8,3
Esportes	11,1	12,5	11,1	12,4	1,4	6,7	15,0	8,3	10,0	8,3
Geral	9,5	9,3	11,1	16,0	6,7	11,7	13,3	15,0	16,7	5,0
Total	100%	100%	100%	100%	%	100%	100%	100%	100%	%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Tendo como base o argumento de que a seleção de notícias envolve “não apenas escolher, mas hierarquizar” (SILVA, 2014, p. 56), observa-se que há centralidade de temas nacionais e minimização dos locais. Embora os percentuais de representação entre os conteúdos locais (43,6%) e nacionais (41,6%) sejam equivalentes nos materiais que compõem as capas, em todos os anos as pautas locais tiveram menos destaque nas seções nobres da capa, o que indica que tais assuntos sejam avaliados como menos relevantes. A cada duas

chamadas locais publicadas no Grupo 1, quatro aparecem no Grupo 2 e sete no Grupo 3. A título de comparação, nos temas internacionais, para duas notícias do Grupo 1 são seis no grupo 2 e dez no Grupo 3. Já nos nacionais, contudo, a distribuição entre os três grupos de visibilidade é de um para um. Mesmo entre os conteúdos com *aproveitamento residual*, o descarte de notas nacionais tende a ser menor: ainda que em 2016 e 2017 tenha havido rejeição proporcional, em 2015, a cada cinco recusas, apenas uma era relativa a matérias nacionais; em 2019, a cada seis, um.

Embora os resultados encontrados não tenham qualquer pretensão de explicar todo o contexto pelo qual a profissão passa, há emergência em entender o jornalismo local no ensino, uma lacuna observada desde os primeiros estudos sobre o campo, quando já se frisava a necessidade em conhecer a própria comunidade: “O jornal precisa continuar a ser o diário impresso da comunidade-lar. Casamentos e divórcios, crime e política precisam continuar a compor o corpo principal de nossa notícia. A notícia local é a verdadeira matéria da qual a democracia é feita” (PARK, 2008, p. 38). Contudo, os desafios democráticos no Brasil, quando a questão é acesso à informação, são enormes, já que em 62% dos municípios não há veículos impressos ou sites jornalísticos de abrangência local (ATLAS DA NOTÍCIA, 2020).

A hegemonia na escolha de assuntos com abrangência nacional tem relação com algumas editorias, especialmente *política*, algo perceptível pelo recorte por ano. Além de ser a mais visibilizada em três dos quatro anos, ela sempre ganhou mais evidência em relação à oferta, conforme a Tabela 2. Também há destaque para outras editorias, que apareceram de forma mais regular: *economia*, *esporte* e *geral*. As duas primeiras seguem a lógica similar à da política, com maior incidência de aplicação por parte dos estudantes do que de oferta nos formulários. Já a seção *Geral* segue critério inverso: a oferta de notícias sempre foi maior que as apropriações pelos discentes.

Os resultados apontam para a relevância que o jornalismo político tem na cultura profissional, de modo que há visibilidade desse tema mesmo entre aqueles estudantes que afirmavam categoricamente detestá-lo. Em relação à hierarquia dos conteúdos nas capas observa-se grande destaque à política na área mais nobre. Excetuado 2019, quando *Meio ambiente* ocupou mais espaço por conta das discussões sobre os incêndios na região amazônica, em todos os demais anos, uma a cada três chamadas de política estava no grupo de maior destaque.

A Figura 2 reúne as aparições de cada uma das editorias a partir dos três grupos de visibilidade. Como a nuvem de palavras foi montada de forma proporcional, quaisquer editorias podem ser confrontadas, dentro ou fora de um grupo.

Figura 2 - Temas por editoria nos três grupos de visibilidade da capa (2015-2019)



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O destaque à política nos dois primeiros grupos de visibilidade, somado aos assuntos que tendem a ser invisibilizados, são indicativos interessantes para se trabalhar em sala, além da *Agenda-setting*, também com a teoria da Espiral do Silêncio (NOELLE-NEUMANN, 2010). Uma classificação dos tipos de fontes visibilizados, por exemplo, seria importante para

perceber privilégios a determinadas vozes na construção noticiosa.

Quando se olha para a abordagem, três a cada quatro notícias contemplam perspectivas que envolvem *ações, decisões e serviços*. Significa dizer que está consolidado entre os estudantes o princípio de que os relatos devem focar em resultados objetivos, parciais ou definitivos, legais ou ilegais, adotados pelo poder público, privado e pela sociedade civil, em âmbito local/regional, nacional ou internacional. Isso destaca a relevância que os estudantes encontram para a caracterização do jornalismo como um serviço de visibilidade de ações, especialmente do poder público.

Nesse escopo, o estudo sobre valores-notícia, última parte da análise, torna-se fundamental. A Tabela 3 reúne, por ano, as matérias selecionadas para as capas a partir de nove dos 12 critérios estabelecidos por Silva (2014).

Tabela 3 - Valores-notícia utilizados no exercício

Valor-notícia	Descrição	2015	2016	2017	2019
Impacto	Pessoas envolvidas no fato ou pelo fato. Grandes quantias de dinheiro.	73,5%	53,9%	63,8%	57,5%
Proeminência	Notoriedade, celebridade, posição hierárquica, Elite (indivíduo, instituição, país), sucesso/herói.	45,5%	49,3%	38,2%	43,8%
Conflito	Guerra, rivalidade, disputa, briga, greve, reivindicação.	24,9%	38,9%	19,8%	4,6%
Tragédia Drama	Catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano.	32,8%	17,9%	7,2%	25,8%
Proximidade	Geográfica, cultural.	82,0%	79,6%	89,9%	79,1%
Governo	Interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens, pronunciamentos.	28,0%	24,6%	41,1%	36,3%
Justiça	Julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais, crimes.	36,5%	35,4%	19,8%	13,4%
Entretenimento	Aventura, divertimento, esporte, comemoração.	10,6%	17,9%	18,8%	21,2%
Conhecimento Cultura	Descobertas, invenções, pesquisas, progresso, atividades e valores culturais, religião.	21,7%	9,6%	14,0%	9,8%

Fontes: Silva (2014) e dados da pesquisa (2020).

Conforme se observa, aparentemente de forma contraditória à *abrangência*, o critério *proximidade* é o que tem mais destaque entre as matérias selecionadas. A cada cinco matérias, quatro atendem ao critério. Tais dados apenas reiteram a necessidade que os produtos jornalísticos têm de valorizar aspectos locais, ainda que trate de temas de abrangência nacional e até mesmo internacional. Portanto, infere-se que a proximidade se estrutura mais de forma cultural do que geográfica. Se as matérias forem divididas por abrangência, nas notícias locais regionais, claro, todas as inserções atendem ao critério de proximidade. Contudo, nas pautas nacionais, por exemplo, 80% delas atendem ao critério, número que cai, mas que continua relevante, na abrangência internacional: aqui, 45% dos textos escolhidos estabelecem ganchos mínimos com o critério de proximidade. Por isso, os estudantes

costumam alegar nas justificativas que não apenas valorizam, mas também atendem ao caráter local da proposta.

Ainda de acordo com a tabela, o critério impacto é o segundo mais atendido nas chamadas selecionadas, seguido por *proeminência*. A última categoria, em específico, reitera as contribuições do exercício para as disciplinas que contemplem discussões sobre a Espiral do Silêncio, ainda mais quando confrontada com *Conhecimento/cultura*, a categoria que sempre esteve entre as duas menos citadas em todos os anos. Nela há espaço, por exemplo, para vozes de intelectuais, pensadores, artistas e outras vozes relevantes para o enriquecimento do debate público, algo que enriqueceria, por exemplo, temas com abrangência bastidores e avaliações, a partir de pautas que exploram percepções, avaliações, testes, diagnósticos e prognósticos.

## Considerações finais

Ao avaliar o percurso teórico como um árduo e criativo campo de interpretação da realidade e ao compreender que tal atributo é inerente ao ensino, o presente estudo surgiu da necessidade de aproximar as discussões das aulas de teorias de jornalismo das dimensões práticas da formação. Assim, o texto buscou debater, a partir de uma experiência inspirada no famoso estudo de David Manning White sobre *Gatekeeper* (WHITE, 1993), realizada com 150 estudantes, entre 2015 e 2019, as relações entre teoria e prática no ensino, especialmente com a noção que os discentes têm sobre por que as notícias são como são e, conseqüentemente, o jornalismo é como é.

Apesar de aplicar um exercício que dialoga mais com produtos impressos, a proposta pedagógica encontra potencialidades para ser aplicada em outros meios e formatos, como na própria home de portais e em escaladas de telejornais e radiojornais. Por ter característica interdisciplinar, pode se vincular ainda à redação, ao jornalismo gráfico/visual e, por fim, a disciplinas de produtos digitais e audiovisuais. Como a atividade não resolve sozinha a conciliação entre teoria e prática, pode se integrar com outros tipos de metodologias ativas de ensino utilizadas por docentes que reconhecem no dia a dia as dificuldades para trabalhar com assuntos teóricos em sala de aula: a promoção de um debate entre apocalípticos e integrados, a criação e execução de programas jornalísticos com princípios da indústria cultural acompanhados de relatórios analíticos sobre as decisões, a produção de podcasts, perfis nas mais variadas redes sociais ou canais no YouTube para explicar aspectos de uma ou mais teorias do jornalismo de forma criativa e, ainda, o incentivo a trabalhos de entrevista com profissionais (ANDRÉ; WINQUES, 2019) e com o público são apenas algumas experiências já conhecidas – que, inclusive, vinculam-se facilmente a projetos de pesquisa e/ou de extensão – e cujos resultados podem ser produtivos para afastar preconceitos e dificuldades em relação às disciplinas teóricas.

Em um tempo no qual há questionamentos sobre a essencialidade da atividade, a desconstrução da romantização da profissão precisa ser enfrentada, já que, em muitos casos, ela parece ser uma das responsáveis pela aceitação de condições precárias de trabalho em um contexto no qual as empresas apostam as fichas nas novidades tecnológicas para sobreviver. Entender o papel do jornalismo é um tema emergente, e só um verdadeiro diálogo entre teoria e prática é capaz de estipular ou reafirmar o estatuto da profissão durante o processo de formação.

Como se sabe, pelo viés da produção está praticamente cristalizada entre profissionais e em parte considerável dos estudiosos a percepção de que as notícias são efêmeras (SODRÉ, 2012; SOUSA, 2002; TRAQUINA, 2005b). Com o tardio reconhecimento da relevância do público, o gênero deve ser entendido como uma produção social de maior perenidade, desde

reportagens antigas que se tornam virais, até sentidos produzidos ao longo do tempo. Dessa forma, o ato de narrar, independentemente do gênero, meio ou plataforma, tornou-se algo mais complexo não só por exigir maior conhecimento técnico, mas pelo fato de que uma notícia ou reportagem mal produzida – portanto, antiética (PEREIRA JUNIOR, 2010) – pode não cair mais no esquecimento. Dessa forma, a produção noticiosa, acima de uma aventura, é um trabalho que exige, mais do que nunca, responsabilidade (CORNU, 1999).

Se os cursos almejam, de fato, formar estudantes críticos e criativos frente a um cenário crescente de desinteresse pela área, teoria e prática precisam se tornar dimensões indissociáveis. O desafio, claro, não é fácil. Para defender quais os papéis do jornalismo em uma sociedade na qual existem grupos que ojerizam e atacam constantemente a atividade, o foco precisa mudar: de práticas pedagógicas deterministas que buscam se apropriar acriticamente de novidades tecnológicas que se tornam anacrônicas antes mesmo de serem compreendidas a uma formação que privilegie as especificidades do jornalismo com aquilo que ele tem de mais rico; de aulas teóricas que não se isolem da realidade social a disciplinas práticas que se entendam como uma forma de agir frente a um mundo cheio de desafios.

Não há, de forma alguma, preconceito com o uso das tecnologias. Elas precisam se integrar a metodologias ativas de ensino-aprendizagem, algo que, inclusive, envolve uma concepção mais ampla de educação. Princípio muito divergente, contudo, é a utilização das novidades tecnológicas como muletas para abordar o ensino.

Por fim, o exercício do *Gatekeeper* demonstra que, mesmo em um contexto no qual parece haver liberdade pessoal de escolha, há pressões, dilemas e fatores que interferem na definição do que é ou não é notícia. Esse cenário, ao qual o autor busca enfrentar nas aulas de teoria do Jornalismo, produz questionamentos sobre o quanto as práticas pedagógicas são eficazes no reforço e valorização da profissão. Por outro lado, sugere também tensões sobre o quanto o ensino pode formar profissionais, com prerrogativas técnicas e crenças de que fazem a diferença, mas que no fundo estão condicionados a reproduzir formas burocráticas de jornalismo.

## Referências

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo Pós-Industrial. **Revista de Jornalismo ESPM**, v. 2, n. 5, p. 30-90, 2013.

ANDRÉ, H.; WINQUES, K. Values of a profession in crisis: The tensions and challenges journalists from traditional media face while doing journalism at a time of internet consolidation. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 1, p. 230-253, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Bnf9Ik>. Acesso em: 1 jun. 2020.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Os desertos de notícia no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BREED, W. Controlo social da redacção. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 152-166.

CORNU, D. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DA SILVA, M. P. Como os acontecimentos se tornam notícia: uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 7, n. 1, p. 173-184, 9 jun. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/38cUumh>. Acesso em: 1 jun. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- GALTUNG, J.; RUGE, M. H. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 61-73.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HENRIQUES, R. P. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. *Griot Revista de Filosofia*, v. 17, n. 1, p. 256–268, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/31tu1zK>. Acesso em: 3 jun. 2020.
- IJUIM, J. K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Comunicação Midiática**, v. 7, n. 2, p. 117–137, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2AffHj7>. Acesso em: 2 fev. 2017.
- LIMA, M. R. D. V. DE; CAETANO, K. E. Implicações epistemológicas da pesquisa sobre novas práticas jornalísticas: por onde começar? **Revista Famecos**, v. 22, n. 3, p. 1–16, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3dRlw49>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- MARTINO, L. S. **Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- MCCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- MEDITSCH, E. **Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização**. Florianópolis: Insular, 2012.
- NOELLE-NEUMANN, E. **La espiral del silencio: opinión pública: nuestra piel social**. Barcelona: Paidós Espanha, 2010.
- PARK, R. A história natural dos jornais. In: BERGER, C.; MARROCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 15-32. v.2.
- PEREIRA JÚNIOR, A. E. V.; ROCHA, H. C. L. DA. Jornalismo construtivista: algumas considerações epistemológicas. **Revista Famecos**, v. 18, n. 3, p. 746, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/31sh4pH>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.
- PEUCER, T. Os Relatos Jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 2004.
- SERRA, S. Relendo o “gatekeeper”: notas sobre condicionantes do jornalismo. **Contemporânea** (Salvador), v. 2, n. 1, p. 93-113, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2BMZylt>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- SILVA, G. Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: SILVA, G.; SILVA, M. P. DA; FERNANDES, M. L. (org.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 51-69.
- SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.
- SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 14. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.
- TRAQUINA, N. As notícias. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 167-176.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa**

transnacional. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo:** por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005b.

WHITE, D. M. O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993. p. 142-151.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. DA; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 7-72.